

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 030/2021

**SENHOR PRESIDENTE
ILUSTRES LEGISLADORES**

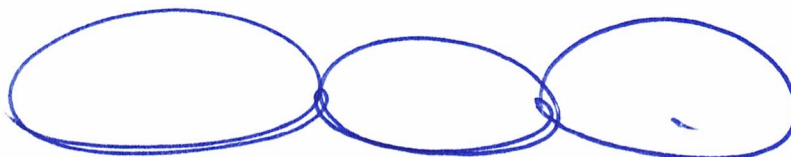
Por intermédio deste expediente encaminhamos a esta Colenda Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 030/2021, que **“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC DE CAMPO VERDE - MT E EXTINÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Inicialmente, Senhor Presidente, ao analisar a atual composição do Conselho Municipal de Cultura, identificamos o mesmo não identifica quais representações de grupos culturais e sociais poderão compor o mencionado Conselho. No entanto, esta identificação é de suma importância para garantir a representatividade de todos os segmentos culturais e sociais, fundamentais para a composição do referido conselho.

Ademais, outro fator considerado na elaboração do presente Projeto de Lei foi a nomenclatura de “Conselho Municipal de Cultura” que, a saber, com a instituição do Sistema Nacional de Cultura, sendo a mencionada expressão ultrapassada, razão pela qual a maioria dos municípios brasileiros passaram a adotar a denominação de “Conselho Municipal de Política Cultural”.

Com efeito, diante das novas mudanças e regras introduzidas pelo Sistema Nacional de Cultura, entendemos por bem extinguir o atual Conselho Municipal de Cultura e criar o Conselho Municipal de Política Cultural, principalmente, no que tange à composição do Conselho Municipal. Tais alterações são de extrema necessidade para que o município de Campo Verde – MT, implemente ações alinhadas com as novas tendências e políticas, adotadas atualmente pelas esferas estaduais e nacionais, na área da Cultura.

Na certeza de contarmos com a colaboração dos nobres Vereadores para a aprovação por unanimidade, manifesto votos de elevada estima e distinta consideração.



**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL**

PROJETO DE LEI Nº 030/2021, 07 DE ABRIL DE 2021.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO,
ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E
COMPETÊNCIAS DO CONSELHO
MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL -
CMPC DE CAMPO VERDE - MT E EXTINÇÃO
DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde - MT, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que o Município de Campo Verde aprecie e aprove o seguinte Projeto de Lei:

Capítulo I DO CONSELHO E SUAS FINALIDADES

Art. 1.º Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, órgão normativo, consultivo e deliberativo vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Esporte, como um mecanismo permanente de participação das entidades representativas no processo de planejamento e execução da Política Municipal de Cultura, será composto e funcionará conforme as disposições desta Lei e do Decreto do Executivo que o regulamentará.

Art. 2.º O Conselho Municipal de Política Cultural de Campo Verde – MT, tem por finalidade:

I - o aperfeiçoamento do planejamento setorial com participação da comunidade organizada e dos produtores culturais, em um plenário bipartite integrado por Conselheiros Indicados e nomeados nos termos da presente Lei e da legislação pertinente;

II - promoção e democratização da ação pública de incentivo à preservação, produção e difusão de bens culturais do Município e dos diferentes segmentos que compõem a sua cultura;

III - integração regional da cultura municipal por meio do apoio às vocações artísticas e às manifestações culturais locais, facilitando o acesso de toda a população aos produtos culturais incentivados; e,

IV - promoção, por meio das manifestações artístico-culturais em geral, a internalização comunitária dos valores que consagram a identidade e a evolução cultural do povo do Município.

Capítulo II DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 3.º Para o cumprimento de suas finalidades, compete ao Conselho Municipal de Política Cultural:

CIDADE EM *Transformação*

I - contribuir para o cumprimento das diretrizes, objetivos e desenvolvimento da política municipal de cultura;

II - apreciar o Plano Plurianual de Ação do setor e os instrumentos programáticos e orçamentários anuais correspondentes;

III - fiscalizar a aplicação dos recursos dos programas de apoio e fomento à cultura do município provenientes do Fundo Municipal de Política Cultural, aprovado pela Lei Municipal n.º 1.918/2013;

IV - acompanhar a institucionalização e funcionamento do Sistema Municipal de Cultura, aprovada pela lei Municipal nº 1918/2013;

V - aprovar o Regimento Interno do Conselho;

VI - acompanhar a execução e a implementação das metas e ações do Plano Municipal de Cultura;

VII - promover a integração programática das agências governamentais locais, principalmente daquelas relacionadas com a Promoção Social, Educação, Desportos, Lazer, Saúde, Meio-ambiente e a Agricultura, visando a sua convergência para os objetivos comuns de desenvolvimento cultural do Município;

VIII - articular-se com órgãos similares em outros municípios, buscando a integração de esforços e meios orientados para objetivos comuns;

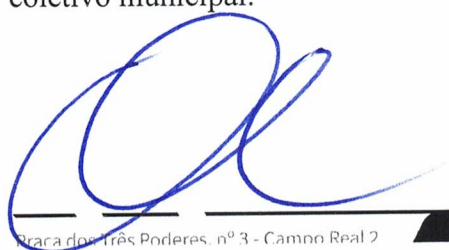
IX - articular-se com órgãos estaduais, federais e internacionais de apoio à Cultura, visando a complementação de esforços e apoio técnico e financeiro para viabilização da política Cultural do município;

X - negociar com o Governo do Estado de Mato Grosso, a celebração de acordos e mecanismos de seleção de projetos culturais a serem apoiados por programas governamentais de incentivo, visando a adoção de critérios de prioridade de atendimento segundo o grau de interesse coletivo do Município, atributo este a ser formalmente declarado pelo Conselho Municipal;

XI - apreciar e votar o acatamento de Pareceres Técnicos emitidos sobre processos de encaminhamento de Projetos Culturais submetidos ao Conselho para fins de recebimento de incentivos do programa municipal de apoio à Cultura;

XII - emitir pareceres técnicos culturais, inclusive sobre as implicações culturais de planos governamentais no âmbito do Município; e,

XIII - apreciar as proposições de produtores culturais em projetos a serem encaminhados ao programa estadual de incentivo à Cultura, declarando seu grau de interesse coletivo municipal.



Capítulo III DA COMPOSIÇÃO E DA ESTRUTURA DO CONSELHO

Art. 4.º O Conselho Municipal de Política Cultural será composto por 14 (quatorze) membros titulares, e igual número de suplentes, de acordo com a estrutura representativa, a seguir estabelecida:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- a) Representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Esporte;
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- b) Representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- c) Representante do poder Legislativo Municipal;
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- d) Representante da Secretaria Municipal de Assistencial Social;
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- e) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;

II - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

- a) Representante do Segmento Produção Cultural;
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- b) Representante do Segmento da Música (Dj's, Locutores, Cantores, Compositores e afins);
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- c) Representante do Segmento das fundações, grupos ou associações de cunho cultural;
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- d) Representante do Segmento das Artes Cênicas (Diretores, Dramaturgos, Atores e afins);
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- e) Representante do dos credos religiosos;
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- f) Representante das Danças (típicas, tradicionais e manifestações folclóricas e afins);
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- g) Representante do Segmento dos Portadores de Necessidades Excepcionais – PNE;
 - 1. 01 (um) titular;
 - 2. 01 (um) suplente;
- h) Representante do Segmento das Fundações, Grupos, Entidades ou/e Associações;

1. 01 (um) titular;
2. 01 (um) suplente;

i) Representante da Imprensa e Comunicação (Jornalistas, Radialistas, Redatores, Editores e afins);

1. 01 (um) titular;
2. 01 (um) suplente;

Art. 5.º Os Representantes Governamentais do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito Municipal e dos demais Órgãos e Entidades pelos seus respectivos Representantes Legais, mediante ofício.

Parágrafo único. As substituições dos Representantes Governamentais dar-se-ão da mesma forma disposta do caput, do presente artigo.

Art. 6.º Os Representantes Não Governamentais serão eleitos ou substituídos nos Fóruns Municipais de Cultura, de forma segmentada.

§ 1º A eleição dos Conselheiros Não Governamentais será realizada da forma como dispuser o Regimento Eleitoral, previamente elaborado pelos membros do Conselho Municipal de Política Cultural em exercício.

§ 2º No caso do Conselho Municipal de Política Cultural não estar em funcionamento ou com a Diretoria e membros com mandatos vencidos, as regras eleitorais serão estabelecidas pelo Departamento Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Esporte.

§ 3º Na impossibilidade do Fórum Municipal de Cultura reunir-se para substituir os Representantes Não Governamentais, o Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, após autorizado pelo plenário, convocará os membros representantes da área em vacância para que procedam a referida indicação, observada a composição estabelecida no artigo 4º da presente Lei.

Art. 7.º - Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural serão nomeados por Portaria do Executivo.

Art. 8º - A estrutura organizacional do Conselho Municipal de Política Cultural será composta pelos seguintes órgãos:

- I - Plenário;
- II - Mesa Diretora (Presidência, Vice-presidência e Secretário); e,
- III - Comissões Temáticas.

Art. 9.º O Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural somente poderá deliberar com no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos seus membros.

Capítulo IV **DO FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA**

Art. 10. - O Fórum Municipal de Cultura será formado:

- I - por todos os artistas;
- II - promotores e produtores culturais;

III - membros de associações, fundações, entidades e grupos socioculturais tradicionais;

§ 1º Os artistas, promotores e produtores culturais, membros e expoentes, citados nos incisos, do caput, para participar do Fórum Municipal de Cultura deverão estar devidamente cadastrados no Sistema Municipal de Cultura.

§ 2º O Fórum Municipal de Cultura, deverá reunir-se ao menos uma vez ao ano, para avaliação dos programas, projetos e ações desenvolvidas pelo Departamento Municipal de Cultura, bem como do cumprimento do Plano Municipal de Cultura.

Capítulo V DOS CONSELHEIROS

Art. 11. O mandato do Conselheiro é de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o período imediatamente subsequente.

Art. 12. O Secretário Municipal de Cultura, Lazer e Esportes, será membro nato do Conselho, como representante de uma das vagas Governamentais.

Art. 13. Os Conselheiros integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural não serão remunerados pelos serviços prestados, mas a atuação dos mesmos constituirá serviço público relevante e social e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 14. O Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural serão escolhidos pelos seus membros.

§ 1º As funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural serão revezadas, entre os Representantes Governamentais e Não Governamentais, a cada período de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o período imediatamente subsequente.

§ 2º O Secretário do Conselho Municipal de Política Cultural será designado pelo Presidente, mediante Termo de Compromisso.

Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Fica extinto o Conselho Municipal de Cultura instituído pela Lei Municipal nº 622/1999.

Art. 16. As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementá-las caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento, ou a transferências de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. 43 e 46, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei

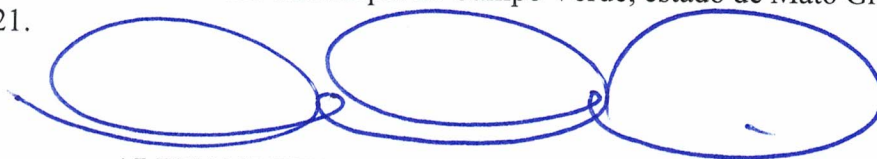
Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anua) - LOA.

Art. 18. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, sempre que necessário, por Decreto bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, a partir de sua publicação.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Esta Lei Revogam-se as disposições em contrário, em especial, as constantes da Lei Municipal nº 622/1999, e suas modificações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 07 de abril de 2021.



ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL